

Paulo; Maria de Fátima Barros de Pina- Fundação de Rotarianos de São Paulo; Regiane Nipur- Nurap Núcleo de Aprendizagem Profissional; Elisabete Antolino IPP Instituto Profissionalizante Paulista; Flávia Santos- Fundação Fé e Alegria São Paulo; José Francolino de Souza- Grande Conselho do Idoso; Lúcia Helena Gama –COMAS Secretária Executiva; Roseli Gomes Arrifano Venturi- SAS Vila Mariana; Renilda Formigão PIA Sociedade Filhas de São Paulo; Terezinha Souza da Silva- APOIO Associação de Auxílio Mútuo da R. Leste; Rita Antonia da Silva –APAE de São Paulo; Maria de Fátima Paiva- AÇÃO Comunitária Senhor Santo Cristo; Rosângela Cristiano Cussiello- ABEL Associação Brasileira de Educadores Lassalistas e ASP- Associação Palotino; Julian Rodrigues SMDHC – Coordenação LGBT; Maria Aparecida de Santana Oliveira- AMA Associação de Amigos do Autista; Martha Pablos de Souza- Associação Semear Esperança Social. Dando início a presente plenária, às 13h33m, a Presidente Alice O. de Oliveira deu as boas vindas, agradeceu a presença de todos, dos convidados, do pessoal da SMADS, e apresentou a Sra Lúcia H. Gama ex-supervisora da Lapa que veio fazer parte da Secretaria Executiva do COMAS. Após, passou ao item 1- “Leitura e Aprovação da Ata nº 32 de 10/10/2013”, cuja leitura foi feita pelos Conselheiros Wanderley Aparecido Turine e Nilton C. Padredi, e sem nenhum destaque, foi colocada em votação, sendo que foram, 13 (treze) votos favoráveis; nenhum voto contrário e 4 (quatro) abstenções (Conselheiros Ana Lucia C. Antonio, Maria Nazareth Cupertino, Ana Camila Miguel e Daniel M. Silva) e a ata foi aprovada. A seguir a presidente Alice O. de Oliveira passou à pauta seguinte, item 2 “Ata do Conselho Diretor” e informou que o Conselho Diretor fez reunião ampliada, dia 21.10.2013, onde cada coordenador das comissões temáticas, expôs a pauta a ser inserida nesta reunião de hoje. Apontou que começaria pela Comissão de Políticas Públicas - Legislação Defesa e Garantias de Direitos, e agradeceu a presença da Coordenadora da Proteção Especial/SMADS, Isabel Cristina Bueno Silva e sua equipe técnica Fabiana Gouveia Pereira, Maria Madalena Rodrigues Wu, Edna AP. de Moraes e Vanessa de Souza Ferreira, além de Roseli Gomes Arrifano Venturi -Supervisora da Vila Mariana. Com a palavra a conselheira Nazareth Cupertino coordenadora da Comissão de Políticas Públicas, informou que foram realizadas duas reuniões da CPP e que passaria ao plenário, somente o que a CPP já tem um posicionamento. A Comissão solicitou a presença da Proteção Especial, porque foram apresentadas três situações para a CPP: Espaço de Convivência, sendo que a CPP não se colocou contrária mas, sabe que a votação é da Plenária do Conselho; o Serviço de Acolhimento Institucional para jovens com deficiência em residência inclusiva. Foi apresentado o plano de trabalho, CPP fez várias indagações e sugestões de modificações, e a Conselheira Nazareth lembrou a todos que o termo de aceite foi aprovado por este conselho e trata-se agora da apresentação do Plano de trabalho. Já assinou o termo de aceite; Centro de Referência de Defesa da Diversidade. A sugestão da CPP é que seja votado um a um. Este último já existe na cidade, está Tipificado na portaria 46/2010/SMADS, Proteção Social Básica, e o que se pede é que ele seja transferido para Proteção Especial. Este tema foi amplamente discutido na CPP, porque ao fazer esta transferência altera-se a portaria e, se terá um GT, a partir de amanhã, que vai discutir a portaria na sua totalidade. Foram feitos vários argumentos neste sentido, de que já se passou por esta situação, de adequar um serviço, com a promessa de depois revisar a portaria e até hoje não foi revisada, e a Secretária se posiciona de que não vai compor o GT, mas vai receber o material do COMAS. Esta questão a CPP gostaria de debater na plenária. A CPP fez um questionamento para a Isabel Bueno, para entender qual seria a situação se o serviço for mantido na Proteção Básica, se isto implicaria numa descontinuidade no serviço, sendo que a Secretária garantiu que não, que o atendimento continuaria, mesmo que não se aprove que este serviço seja transferido para a Proteção Especial e aguarde a revisão da Portaria. O entendimento da CPP é de que, mais do que trocar serviço de lugar, existem outras lutas: bandeiras dos trabalhadores e usuários que não estão contemplados na Portaria. A proposta é de fazer uma discussão da portaria e neste momento, se discutiria a questão do Centro de Referência da Diversidade. Conversou-se inclusive com o grupo que compõe o GT, da revisão da Portaria 46, que se prontificou a colocar o tema como o primeiro a ser abordado e discutido. Na sequência, falou de mais dois temas, um é em relação ao Família em Foco, que foi feita uma proposta de minuta de resolução que será encaminhada para aprovação e o outro tema é sobre Audiência para a População de Rua, que demanda algumas deliberações. Antes de dar início às apresentações a Isabel Bueno informou que já havia encaminhado material ao COMAS e à CPP e que a Coordenadora tentou contemplar as alterações feitas pela CPP. 3.1.3: Apresentação do projeto novo, de Espaço de Convivência Em relação ao serviço Espaço de Convivência para Crianças e Famílias nucleadas por este espaço em situação de risco e de média complexidade, relatou que desde 2010 existe a discussão sobre a implantação de um serviço para crianças e adolescentes em situação de rua e de risco, em Medida Socioeducativa - MSE ou vítimas de violência e que têm dificuldade em aceitar a rotina diária, mas precisam de um espaço para convivência. É voltado para a faixa de 0 a 17 anos de ambos os sexos, referenciados no CREAS. A intenção é implementar o projeto piloto na Vila Mariana. Após a apresentação, este projeto foi aprovado por unanimidade. Conselheira Darcy Finnetto fez a proposta de inclusão de um advogado no RH do serviço, ao que a Isabel Bueno apontou a dificuldade de inserção no quadro da Secretária, e que estaria garantido no CREAS, que já possui um e presta assessoria para os serviços da Especial. Em seguida a Conselheira Nazareth Cupertino perguntou como ficou a articulação do serviço com o sistema de garantia dos direitos, que a CPP havia apontado. Isabel Bueno disse que SMADS entende que tecnicamente não pode garantir, no entanto, pode contribuir com a articulação na rede. A Conselheira Nadir Cristelli sugeriu que fosse inserido o item diagnóstico no projeto. A Conselheira Nazareth Cupertino sugeriu que no objetivo específico, seja incluída a construção de um diagnóstico, ao que Roseli Venturi esclareceu que isto já está na proposta do Edital e no detalhamento das competências da organização que assumir o serviço. Conselheiro Nilton Padredi questionou sobre a meta de resultado do serviço ao que a Isabel Bueno respondeu que o que se persegue é chegar a 80% da meta, que é um público predominantemente jovem e de alta vulnerabilidade, que se tem a expectativa é que esse público consiga acessar os serviços da proteção social básica, deixando de ser da proteção social especial. Esclareceu ainda que a avaliação será trimestral e a prestação de contas trimestral. Conselheiro Nilton Padredi perguntou sobre o piso salarial dos funcionários, ao que a Isabel Cristina Bueno esclareceu que está sendo atualizada a tabela de custeio que consta da Portaria 47/2010/SMADS e que ainda não saiu o reajuste, quando sair será readequado o quadro e esclareceu que o projeto tem vigência de um ano e que ai passará por reavaliação. Em seguida fez a leitura da minuta da Resolução. Conselheiro Nilton Padredi pediu para colocar a dimensão territorial da Vila Mariana e Fabiana Gouveia da SMADS colocou que há projeto de ampliação da proposta, ao que a Conselheira Nazareth Cupertino ressaltou que, depois de um tempo de funcionamento na Vila Mariana há necessidade de se avaliar e que fique claro para todos que o COMAS esta aprovando o projeto para Vila Mariana e neste momento não esta autorizando a ampliação sem antes fazer a avaliação do projeto em referência. A presidente Alice Oliveira ressaltou que há a vigência de um ano a partir da assinatura do convênio, que não dá para esgotar todas as discussões aqui. O Conselheiro Nilton Padredi fez uma ressalva em relação ao não detalhamento do trabalho com a família, fala-se do adolescente e da criança, mas não da família. Isabel Bueno esclareceu que se entende que o trabalho prioritário é com a criança e adolescente em situação de vulne-

rabilidade, no entanto, na assistência, não se trabalha mais com o indivíduo, não existe mais o trabalho por segmento, trabalha-se com o indivíduo a partir da matricialidade familiar. Entendem que se delimitar a família, seria um terceiro público e não é este o caso. A Conselheira Nazareth Cupertino fez a leitura da minuta de Resolução COMAS-SP nº 745/2013 e esclareceu que o que foi apresentado é o projeto, com prazo de 120 dias para a entrega por SMADS ao COMAS do plano de trabalho e implantação do mesmo. A sugestão do plenário foi acatada pela presidente Alice O de Oliveira de que conste a circunscrição do projeto na região administrativa da Vila Mariana e a delimitação de um ano, a partir da data de celebração do convênio. Após as devidas alterações propostas pelos Conselheiros e colocada em votação, a minuta da Resolução COMAS-SP nº 745/2013 teve: 16 votos favoráveis, nenhum contra e uma abstenção, da Conselheira Nadir Cristelli, justificando que deve haver uma data para o início do processo, pois pode haver arbitrariedade. 3.1.2: Apresentação do Serviço de Acolhimento Institucional O segundo tópico apresentado foi o Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência, denominado Residência Inclusiva, por Madalena Rodrigues Wu que esclareceu que este serviço já está presente na Resolução CNAS nº 109/2009, mas as orientações técnicas para a implantação só saíram no final de 2012. A partir disto, a Secretária fez o Termo de Aceite que foi apresentado ao COMAS, e teve início o trabalho para aprovação. É uma instituição de longa permanência, com pessoas com deficiência, beneficiários do Benefício de Prestação Continuada - BPC, que não dispõem de condições de auto sustentabilidade ou familiar. A capacidade prevista para cada residência é de 10 pessoas, e a orientação que se tem é de que sejam de níveis de dependência diferenciados. Ressaltou que a qualidade do serviço está em propiciar a aquisição progressiva de autonomia nas atividades cotidianas, a inserção comunitária, e fortalecimento dos vínculos familiares, com os objetivos: acolher e garantir a proteção integral destes jovens e adultos, a partir dos 18 anos; contribuir para prevenção do agravamento da situação de negligência; promover o fortalecimento de vínculos familiares e sociais; promover a convivência mínima entre residentes de diversos graus de deficiência, contribuindo para a inserção integral destes jovens na comunidade e promover ainda o acesso às demais políticas sociais, como a atenção à saúde, trabalho, lazer, cultura e educação. Lembrou que existe uma Portaria Interministerial, do Ministério de Desenvolvimento Social e combate a fome - MDS e Ministério da Saúde que pressupõem recurso da Saúde na gestão do matriciamento. Serviço deve garantir o acesso à rede de atenção à saúde da região, na residência, aos usuários e aos cuidadores, recorrendo às UBSs. Quanto à equipe técnica, a orientação é que tenha uma, para até duas residências, sendo que estes não estejam instalados no mesmo espaço da residência. A Sra. Madalena Wu detalhou a composição das equipes por categorias profissionais e quantidade, a importância de que tenha um cuidador de referência. Com relação aos transportes, havia sido previsto um veículo para o atendimento dos usuários e dos profissionais, mas a portaria prevê somente a locação do veículo, o que está garantido no projeto. É voltado para um público que tem grau de dependência alto, baixa mobilidade e autonomia, necessitam de transporte e atenção à saúde. SMADS fez a proposta de implantação de 10 (dez) residências e o MDS aprovou só 3 (três), a serem implantadas até fevereiro de 2014. Está sendo proposto implantar 4(quatro) em virtude do serviço de Santo Amaro, que tem duas unidades, sendo: 1 (uma) atendida 10 (dez) pessoas e na outra 11(onze), cujo convênio venceu em 30 de junho/2013, mas foi prorrogado e vai entrar na nova modalidade. Há outro serviço recente, aberto em janeiro, na Rua dos Ingleses, e com o reordenamento pretende-se implantar os cinco. A Sra. Madalena Wu respondendo a uma questão formulada por uma convidada, respondeu que o tipo de deficiência é a intelectual. Esclareceu ainda que, estas casas são para que os acolhidos permaneçam durante a semana e durante o dia. Em seguida, a presidente Alice Oliveira colocou em regime de votação, sendo 16 (dezesseis) votos favoráveis, aprovando-se por unanimidade. Conselheira Nazareth Cupertino fez a leitura da minuta da Resolução COMAS nº 744/2013, que, posta em votação teve 15 (quinze) votos a favor e uma ausência na sala, no momento da votação, da Conselheira Marlene Velardo. 3.1.4: Apresentação do Centro de Referência de Defesa da Diversidade. A Presidente Alice O de Oliveira pediu para que se passe para o terceiro ponto, Serviço Centro de Referência e Defesa da Diversidade. A Conselheira Nazareth Cupertino colocou que a questão é que o serviço já existe e é vinculado a Proteção Social Básica. Foi um debate tanto dos trabalhadores da rede SUAS conveniada, quanto dos servidores municipais, na época da concepção da Portaria 46/2010/SMADS, que ela fosse para a Proteção Especial e esse serviço está dentro das revisões e modificações a serem feitas na Portaria. Quando a Isabel Bueno trouxe esta proposta, a CPP recordou fatos que já tinham acontecido aqui nesta plenária, a luta que já vai para dois anos, para a revisão da Portaria 46/SMADS. Na gestão da Dra Alda Marco Antonio, as representantes de SMADS vieram para apresentar as adequações no NCI e já havia esta mesma conversa e este mesmo compromisso, de que se alteraria desde que houvesse a revisão completa. Aprovou-se o NCI e nada aconteceu. Trouxeram à luz o compromisso assumido pela Secretária, de dar início à revisão da portaria e isto até hoje não ocorreu. O COMAS criou o GT e a Secretária Luciana Temer não mandou seus representantes, até que muito recentemente optou por não aderir ao GT. A CPP solicitou para a Isabel Cristina Bueno apresentar, porque sabem que se passar para a Proteção Especial, terão aquisições para os usuários e trabalhadores. A sugestão da CPP é de que, ele permaneça na Proteção Social Básica, com o compromisso de que a primeira matéria a ser votada no Grupo de Trabalho - GT, seja o do Centro de Referência Diversidade - CRD. O Conselheiro Rubens Serralheiro pediu a palavra lembrando que esta não é uma questão consensual na CPP, ao que a Conselheira Nazareth Cupertino rebateu dizendo que é da Sociedade Civil esta orientação. O Conselheiro Rubens Serralheiro disse que é preciso deixar claro que isto foi discutido na CPP e que o encaminhamento era de que viria para o plenário, com a cisão, não são todos os conselheiros da CPP que tem a mesma visão, os representantes da sociedade civil estavam contra a transferência para a Especial, enquanto os representantes do poder público estavam a favor, isto é preciso deixar registrado em ata. O Conselheiro Daniel Silva esclareceu que se o GT já está constituído e já esta marcada a primeira reunião, não tem sentido aprovar uma coisa que o GT vai trabalhar. O Conselheiro Rubens Serralheiro deixou registrado que estão votando e analisando o Centro de Referência da Diversidade e não a todo o passado da Portaria. A presidente Alice Oliveira solicitou que se ouça a proposta da equipe, para depois analisar estas questões. Isabel Bueno da SMADS relatou que não acompanhou o processo do NCI e pediu para uma colega da Proteção Social Básica estar presente, mas que não pode comparecer. Como não fez parte da história, fica difícil se colocar sob o que foi pactuado ou não e quando a Nazareth reportou que a Isabel Bueno disse que não haverá interrupção no trabalho, isto não significa dizer que não haverá prejuízo para o usuário, uma coisa é não ter interrupção do trabalho, outra coisa é que foi feita análise técnica, continuada sistematizada, da Proteção Especial, junto com a Coordenadoria da Diversidade, que está presente nessa sessão, que é parceira, que acompanha as ações do Centro de Referência da Diversidade, junto ao CREAS Sé, que embora o serviço seja da Proteção Social Básica, já vem sendo acompanhado pelo CREAS e pela Proteção Social Especial, pelas características e especificidade do público que lá se encontra. É um público extremamente vulnerável, pessoas em situação de rua, situação de abandono, de extrema violência, de exclusão do mercado de trabalho, violentado nos seus mais diversos direitos, e que hoje o plano de trabalho e a proposta da forma

como está dado, vem sendo atendido de forma básica. Então, em que pese ter dito que não haverá interrupção, haverá sim prejuízo na qualidade da prestação do serviço. Não é só ir para Proteção Social Especial, é uma nova composição de ação, Plano de trabalho, proposição, composição de recursos humanos. Solicitou ainda aos conselheiros que ouvissem a proposta, da mesma forma que a CPP ouviu, com bastante delicadeza, levantou várias questões, considerações favoráveis inclusive, que sempre soma muito estas discussões que fazem aqui no Conselho e que a presidência e os conselheiros possam realizar encaminhamento na proposta. Em seguida, a presidente Alice O. de Oliveira pediu para Julian Rodrigues da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, que acompanha a questão da diversidade para situar o plenário quanto as várias terminologias existentes e de como conceituar cada uma, pois algumas pessoas têm dificuldade de entender as mesmas. Julian se apresentou dizendo que é da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania criada recentemente pelo governo, e que incorporou as políticas para LGBT, que antes era da Coordenação das Políticas da Diversidade Sexual, fizeram mudanças, inclusive para focar no público alvo, também tem um Conselho na secretaria, muito participativo e ressaltou a importância da participação social no governo Haddad. O Centro de Referência da Diversidade é uma das questões que acompanham desde o início do ano, apesar de ser um equipamento que está dentro da Secretaria da Assistência Social e o público alvo dele é de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, mas especificamente travestis e transexuais. A história do equipamento vem de uma iniciativa da União Européia, era um projeto especial, tornou-se um equipamento da Assistência e foi conveniado ao Grupo Pela Vida, que é muito importante na luta contra a AIDS e é dos direitos humanos LGBT. O equipamento desenvolveu uma tecnologia social muito própria, é um equipamento “vincular” na cidade de São Paulo e único no Brasil, não é propriamente um CREAS LGBT, embora faça algumas tarefas da Proteção Social Especial, é um equipamento que alia Direitos Humanos, diversidade, com a questão de trabalho, geração de renda, é uma experiência muito rica, inclusive com referências internacionais. Como o edital está vencendo no final do ano, abrimos um debate que a SMADS já tinha iniciado, com a proposta de retirar da Proteção Social Básica e passar para a Especial reconfigurando esse serviço. Sobre as questões técnicas, tem trabalhado a sigla LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, quando se fala em orientação sexual, fala-se de homossexuais, bissexuais e heterossexuais, quando se fala de identidade de gênero, todos tem identidade de gênero, se a pessoa se considera homem ou mulher, as travestis e as transexuais tem uma identidade de gênero diferente do sexo biológico, nasceram como mulher biológica e se consideram homens, homens transexuais ou, o que a gente conhece mais, nasceram como homens (sexo biológico) e se identificam e fazem mudanças corporais para serem mulheres, são os travestis ou mulheres transexuais. Qual é o problema? Porque este é o nosso público alvo? Estas pessoas, quando começam a se transformar na adolescência, sofrem imediatamente exclusão tripla, são expulsas pelo ambiente da escola, sofrem bullying e agressão, geralmente são expulsas da família. Com a adolescência, nas transformações, começam: colocam brinco, colocam uma calcinha, deixa o cabelo crescer, pinta a unha, com 13,14,15,16 anos e é uma fase de extrema vulnerabilidade.. Expulsas de casa, não completam os estudos, expulsas da pelo ambiente escola e geralmente, tem uma tendência a tentar sobreviver via a atividade sexual, é literalmente uma exclusão, começa-se a fazer vistas grossas para o bullying, restringe a atividade social, tem todo um contexto, que as leva, em maioria, para a atividade sexual. A ideia é que o Centro de Referência da Diversidade se aperfeiçoe para ser a porta de entrada da população LGBT. Tem também um projeto do Centro de Prevenção da Homofobia, que irão transformar, no final do ano, no Centro de Promoção da Cidadania LGBT, com recurso da Secretaria dos Direitos Humanos do Governo Federal, para reformar e requalificar, os dois centros vão trabalhar em parceria. As pessoas do Centro de Prevenção da Homofobia serão encaminhadas para o CRD Centro de Referência da Diversidade, do ponto de vista da população, é fundamental este up grade. Muita gente vem a São Paulo para conhecer o CRD, e tentar implementar equipamentos em outros locais e é o único equipamento para esta população que tem em São Paulo e no Brasil. Encerrando a sua fala, Julian colocou-se à disposição do Conselho. Conselheiro Daniel Silva disse que a exposição foi muito importante, já tinha ocorrido e debatida na reunião da Comissão e o que estava sendo colocado não é em relação a prejudicar o público-usuário. Mas que existe todo um histórico, de se utilizar o usuário para implementar serviços que depois não fluem como se deveria, não existindo retorno. O Conselheiro se posicionou contra isso, para que em nome do usuário não se faça mais isto e como já existe o GT e amanhã já é a primeira reunião, que se faça a transformação da Portaria como um todo e não em partes. Julian Rodrigues questionou se houver a discussão no GT, se é preciso esperar a discussão da Portaria toda, para depois implementar? Retomando a palavra, a presidente disse que se deve pensar do ponto de vista da política da Assistência Social, se está vendo que o serviço, está numa proteção, que não é a adequada, então é preciso reordenar, independente da Portaria. Se reconhecer que está na Proteção Básica, por equívoco, tem que acertar no momento em que vai haver uma audiência pública. A essência do trabalho não vai ser mudada agora, é só um posicionamento em relação a sua proteção, ao reordenamento. A Conselheira Nazareth Cupertino frisou que a questão é que assim não se legitima o que o próprio COMAS já aprovou em Resolução, de que o NCI seria o primeiro serviço a ser mudado e que, na sequência se faria revisão e já se passou um ano e o Conselho está indo contra a própria Resolução. A proposta é clara, que se comece por esse serviço a discussão da Portaria e que se estabeleça prazo com o GT inclusive, para apresentar em tempo hábil, dentro do contexto da revisão de Portaria. Conselheiro Nilton Padredi disse que a tipificação dos serviços deve emanar de uma resolução do COMAS, por ser um órgão paritário e deliberativo, não sendo uma Portaria emanada do poder executivo a ferramenta normativa adequada para a tipificação dos serviços socioassistenciais no município de São Paulo. Ele expôs que não conseguia dimensionar os prejuízos, para que possa deliberar sobre assunto. Conselheiro Wanderley Turine colocou a problemática do atendimento se prejudicará ou não o usuário? É fundamental que se entenda que tem que se adequar à Portaria, a Secretária e todos. Conselheira Nadir Cristelli disse que a questão das Portarias 46 e 47, tem que ser tratada no plenário, de forma ampla, abraçando quase todas as possibilidades e não sabe se há recursos da municipalidade envolvidos. A presidente Alice Oliveira respondeu que não é da municipalidade, terá recursos estaduais, se for reordenado para a Proteção Especial, podendo haver cofinanciamento estadual. Conselheiro Walter Morato disse que vê prejuízo para o usuário e para a instituição. Tem um convênio que está vencendo e vai ter que ser renovado no mesmo padrão que o anterior e quando chegar o resultado deste GT, daqui a dois meses, três meses, quatro meses terá que alterar o que já foi renovado no padrão anterior. De repente, isto vai levar anos, no mesmo convênio atual, vai ser um prejuízo para a instituição e para o usuário. Se não sair da Proteção Social Básica para ir para a Especial, vai ter prejuízo, para o usuário. A presidente Alice Oliveira colocou que tem que se ver a coerência da linha da política social, da classificação do que é Proteção Social Especial e Básica, no momento, em que está para fazer a audiência pública. Tem que votar, porque não se chegará a nenhum lugar, com este embate. Isabel Bueno fez uma colocação de que não é verdadeira a colocação de que a SMADS esteja fazendo a coisa longe do Conselho. A preocupação é dividir com o Conselho uma nova situação, foi feita uma análise técnica junto com a organização, com outra Secretária,

com o CREAS e com o grupo de servidores, sendo um conjunto de pessoas que participam do processo avaliativo. Trouxeram a proposta de alteração da política pública, para análise da comissão, ao que o Conselho está vinculando a uma análise e uma leitura das Portarias 46 e 47. Isabel Bueno disse que não está acompanhando o COMAS, não é conselheira, mas acompanha as atas, as leituras e as conversas da PSE nas reuniões de coordenação da SMADS. Relatou que a Secretária fez uma reunião com a presidente, com o vice-presidente e o Conselheiro Leônidas Luz, há mais de três meses, em relação ao GT que vai discutir a Portaria 46, para dizer exatamente o que a Nazareth colocou que tinha o entendimento que o processo ficaria mais limpo se o COMAS através das propostas das organizações sociais apresentasse uma proposta e a SMADS fizesse um fechamento em conjunto depois, para não ter uma situação viciada, ou uma situação em que SMADS entraria num processo de defesa, uma vez que foi a equipe técnica que elaborou a Portaria. Se nesta situação o Conselho entendesse que a postura da Secretária não era a contento, deveria ter se manifestado claramente. Isabel Bueno disse que é da área técnica e tem acompanhado as reuniões de coordenação da Secretaria e até então acreditava que este processo já estava acontecendo. Disse que a Conselheira Nazareth Cupertino é a única, conselheira, que conhece que diz todas as vezes que a Secretária até agora não enviou representante para o conselho, mas o entendimento da Secretaria foi outro. Achar que falta um entendimento da proposta que foi feita pela Secretaria; tem acompanhado as publicações do GT da Portaria e viu que se este Conselho tem o entendimento que tem que haver a participação da Secretaria, as posições podem ser revistas. Pediu para que o Conselho não fique com a impressão de que a Secretária não está com uma postura parceira. A presidente Alice Oliveira disse que a postura assumida pela Secretária, o Conselho Diretor trouxe para a plenária e esclareceu, mas o pleno ainda está insistindo que seja desta forma. A Conselheira Nazareth Cupertino expôs que não tem esta notícia, de que há três meses a Secretária não quer compor o grupo e a presidente Alice Oliveira respondeu que foi em agosto/2013, quando tiveram um espaço com a Secretária. A Conselheira Nazareth Cupertino disse que o que causou muito desconforto, foi o processo como estas coisas vieram sendo construídas até a este posicionamento da SMADS, de que não iria participar do GT e que foram enviados inúmeros ofícios solicitando a indicação de representante, sem receber nenhuma resposta. O que estava questionando era as relações institucionais em que o Conselho mandou ofícios e reiterações que não foram respondidos, repetindo os vícios da gestão do Kassab que tanto se critica. Concordou que a mudança é benéfica, a CPP fez uma avaliação disto, não está contra o usuário, contra o trabalho, contra nada, este Conselho defende a política. Ressaltou e se comprometeu que o GT vai discutir este serviço em primeiro lugar. Lembrou que quando a Secretária veio ao Conselho, colocou, que não gostaria de ser constrangida neste Governo, como no governo anterior, no entanto, se sente novamente constrangida com essa posição de revisar a Portaria por partes, desrespeitando a decisão do Conselho de não mais mexer nos serviços sem que antes se reveja a portaria como um todo e que estas situações vêm desqualificando todo o processo de discussão que o Conselho estava fazendo. Por fim trouxe ainda a informação discutida na CPP referente ao cargo do advogado, do salário, das condições de trabalho, da execução, pois os conselheiros advogados não podem votar na proposta da forma como está. A presidente Alice Oliveira perguntou aos Conselheiros que não são da CPP se seria necessária a apresentação da proposta antes da votação. A Conselheira Marlene Velardo disse que não via a necessidade dessa apresentação. A Conselheira Nazareth Cupertino disse que a sua fala não foi direcionada no sentido de apresentar ou não, foi de trazer a posição da CPP. A presidente Alice O. de Oliveira disse que esta proposta está na Portaria 46 e é só transferir para a Especial e fazer as adequações. A Conselheira Mariana Uchida manifestou-se favorável a apresentação em virtude da presença de visitantes. Sendo assim, Edna Pires de SMADS/PSE deu início à apresentação, dizendo que foi um Termo de Cooperação com a Comunidade Européia e que foi controverso para a Proteção Básica. O foco é a geração de renda, para um público de profissionais do sexo. Desta maneira ele está desde o início e não sofreu alterações, a não ser as questões relacionadas ao reajuste. Em 2009, este Termo de Cooperação com a Comunidade Européia acabou e passou a ser verba do município. Mantendo a sua característica, nas Portarias 46 e 47 apareceu como um serviço complementar na Rede de Proteção Social Básica, e a vigência termina agora. A equipe técnica que acompanha hoje é a do CREAS Sé. É um serviço que atende a cidade, está na Rua Major Sertório, tem mil atendimentos mês, e atende um grupo de pessoas, com vínculo familiar rompido, vítimas de violência, vínculos social desfeito, profissionais do sexo, são características que reforçam a preocupação inicial, que era a geração de renda. Disse que quando apresentam acabam reforçando estas características, de que esse público acaba acessando a rede socioassistencial, tanto do CRD, quanto do Centro de Combate a Homofobia, para conseguir encaminhamentos. É uma porta de entrada dos profissionais do sexo e LGBT que é vinculado ao CREAS Sé. Oferece acolhida social para ambos os sexos, travestis, transexuais, transgêneros que estão sob ameaça de violação dos direitos, decorrentes de violência sexual e identidade de gênero. Garantia de direitos, das pessoas cadastradas no serviço e a minimização dos danos, hoje tem um vínculo com o Centro de Combate a Homofobia e que tem, pelo contato com a organização, vínculo com um advogado. A equipe da PSE está seguindo o proposto na Portaria, que é um profissional por 20 horas que tem um salário muito baixo. Conselheiro Walter Morato esclareceu que é como na saúde, quando se faz um projeto, coloca-se isto como valor de repasse, quem vai pagar o salário é a instituição. Quando se fala em filantropia, a instituição tem uma parceria com o órgão público, mas também tem outras fontes de recursos. É a questão da tabela SUS, falam que a tabela SUS paga muito pouco, mas ninguém quer largar isso. Existe um repasse, mas não significa que é o único recurso, para o profissional, o que ela está falando não é o salário, é o cálculo do repasse, que são para cada rubrica. Quem vai pagar o salário é a instituição, não é SMADS que está pagando isto de salário. Quanto à questão do Conselheiro Nilton Padredi solicitou esclarecimentos obre transexuais e transgêneros. Julian esclareceu que esta questão da identidade tem na academia e no movimento social, uma longa discussão sobre isso, porque são identidades puidas, tem mudanças durante um período, nos movimentos sociais, por exemplo, só para resgatar rapidamente, quando começou o movimento no Brasil era o (MHB) Movimento Homossexual Brasileiro, nos anos 90 virou Movimento de Gays e Lésbicas, com a organização das travestis virou Movimento dos Gays, Lésbicas e Travestis; com a incorporação do conceito de bissexuais virou Movimento dos Gays, Lésbicas, Bissexuais e Travestis; depois com os transexuais virou Movimento dos Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Do ponto de vista teórico, no mundo inteiro não tem esta discussão, de travestis e transexuais, isto é uma questão brasileira, no mundo inteiro se usa transgêneros, como um guarda chuva para todos aqueles que não têm identidade de gênero compatível com o sexo biológico, no Brasil o “transgênero” não pegou, porque as travestis tinham uma identidade muito forte, consolidada historicamente, então elas não quiseram, acharam que era inferiorizar a identidade das travestis, que tem toda uma especificidade. As mulheres transexuais tem a questão da cirurgia, porque hoje consta no Código Internacional de Doenças- CID. Há um debate para tirar a questão das transexuais do CID, a homossexualidade saiu nos anos 90, mas a transexualidade permanece. Uns consideram que tem que tirar porque não é uma doença, é natureza, mas por outro lado, é por estar no CID que se garante a cirurgia, se tirar como é que se faz para conse-